

"ISSO É DA CULTURA" - PACTO DA BRANQUITUDE E FRAGILIDADE¹ BRANCA: CARTAS PARA O LETRAMENTO RACIAL

"Eso es de la cultura" - Pacto de la blancura y fragilidad blanca: Cartas para la alfabetización racial

Catarina de Fatima Machado²

Renata Trindade Severo³

Resumo: Este trabalho, organizado em formato de cartas, nasce da minha experiência como professora em uma escola pública da Região Metropolitana de Porto Alegre e parte de conflitos vividos com uma ex-colega para refletir criticamente sobre o racismo presente no cotidiano escolar. A partir de episódios concretos e incômodos, como o uso da expressão “nega maluca”, mobilizo referenciais teóricos de estudiosos como Carlos Moore, Cida Bento, Frantz Fanon, Grada Kilomba, Kabengele Munanga, Lia Vainer Schucman, Michel Foucault, Ramón Grosfoguel, Robin DiAngelo e Silvio Almeida para pensar como estruturas e práticas naturalizadas perpetuam exclusões. Entrelaçando vivência e teoria, a escrita busca compreender como o silêncio, o privilégio e a ideia de neutralidade operam no interior das relações institucionais. Ao revisitar esses acontecimentos sob novas lentes, o trabalho se propõe como um exercício de escuta, posicionamento ético e início de um processo contínuo de letramento racial voltado à construção de uma educação pública comprometida com a justiça e a equidade. Ainda que de forma indireta, a reflexão também se volta ao papel das pessoas brancas na luta antirracista, convidando à responsabilidade e ao engajamento consciente frente às desigualdades raciais.

Palavras-chave: Branquitude. Letramento racial. Racismo.

Resumen: Este trabajo, organizado en forma de cartas, nace de mi experiencia como profesora en una escuela pública de la Región Metropolitana de Porto Alegre y parte de conflictos vividos con una antigua colega para reflexionar críticamente sobre el racismo presente en el cotidiano escolar. A partir de episodios concretos e incómodos, como el uso de

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de cartas, apresentado ao Colegiado do Curso de Especialização em Linguagens Contemporâneas e Ensino do Campus Canoas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Título de Especialista em Linguagens Contemporâneas e Ensino.

² Pós-graduanda do curso de Especialização em Linguagens Contemporâneas e Ensino, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS, IFRS *campus* Canoas. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8046343888007012> E-mail: catarinadefatimamachado@gmail.com

³ Doutora em Estudos da Linguagem pelo Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016). Fez pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (2021). É professora no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Sul, IFRS *campus* Porto Alegre. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2692230180088232>. E-mail: renata.severo@poa.ifrs.edu.br.

la expresión «nega maluca» (1), utilizo referencias teóricas de estudiosos como Carlos Moore, Cida Bento, Frantz Fanon, Grada Kilomba, Kabengele Munanga, Lia Vainer Schucman, Michel Foucault, Ramón Grosfoguel, Robin DiAngelo y Silvio Almeida para reflexionar sobre cómo las estructuras y prácticas naturalizadas perpetúan las exclusiones. Entrelazando experiencia y teoría, el escrito trata de entender cómo el silencio, el privilegio y la idea de neutralidad operan dentro de las relaciones institucionales. Al mirar de nuevo estos eventos con una nueva perspectiva, el trabajo busca ser una oportunidad para escuchar, tomar una postura ética y comenzar un proceso continuo de alfabetización racial. Esto tiene como objetivo construir una educación pública que esté comprometida con la justicia y la equidad. Aunque indirectamente, la reflexión también se dirige al papel de los blancos en la lucha antirracista, invitando a la responsabilidad y al compromiso consciente frente a las desigualdades raciales.

Palabras clave: Blanquitud. Alfabetización racial. Racismo.

1 Primeira carta - meados de março de 2025.

Meu negro

Sou o que quer que você pense que um negro é. Você quase nunca pensa a respeito dos negros. Serei para sempre o que você quiser que um negro seja. Sou o seu negro. Um negro é sempre o negro de alguém. Ou não é um negro, e sim um homem. Apenas um homem.

Prezada colega, espero que esta te encontre bem.

Sei que as cartas estão em desuso, mas me pareceu que seria uma boa forma de dialogar contigo e compartilhar minhas inquietações, já que é um gênero discursivo que permite interlocuções de relativa informalidade, sendo esse o tom que eu gostaria de dar para as nossas conversas.

Meu intuito, ao propor este diálogo contigo, é passar a limpo as questões que tivemos durante o período em que lecionamos na mesma Escola Estadual, ambas com Contrato Emergencial, ambas em seus primeiros passos na docência. Uma escola localizada em uma cidade da Região Metropolitana de Porto Alegre, com predomínio de estudantes pretos e pardos, de famílias de muito baixa renda.

Trago essas informações, das quais tu és conhecedora, para que fique bem explícito, inclusive para o caso em que, porventura, alguém venha a ler estas cartas, qual foi o palco no qual os fatos aqui revisitados ocorreram: a escola, ou seja, o ambiente de aprendizagem e convivência que partilhamos.

Isso posto, vamos a tais fatos. Os nossos conflitos iniciaram em função de eu não considerar adequado uma profissional da Educação fazer uso de palavras e expressões de cunho racista, especialmente dentro da Escola e na presença dos colegas. Foram várias as ocasiões, como tu bem sabes, em que isso ocorreu e em todas as que eu estava presente, tentei interferir de forma gentil, falando sobre a inadequação dessas falas, até que veio o dia em que tu usaste a expressão “Nega Maluca”. Todos nós sabemos que é um nome de bolo de chocolate, que só “se criou” por ser este nosso país tão conivente com o comportamento discriminatório contra a população negra – ou, em outras palavras, por se tratar de um país racista. Esse não é o único prato da nossa culinária que carrega nomes ofensivos; temos os

docinhos “teta de nega”, “beijo de mulata”, o famigerado “negrinho” – esse, felizmente, já em processo de desuso graças ao trabalho de conscientização da sociedade pelos Movimento Negro.

Aliás, essa história de eu ter contestado o uso desse nome para o bolo (por que não chamá-lo apenas de bolo de chocolate?) gerou uma queixa tua a meu respeito na direção da Escola, tu estás lembrada? Acusou-me de prepotente, arrogante, metida a sabida. Tu sabes qual foi o argumento da Diretora, no sentido de validar a tua queixa? Que era uma “questão cultural”, que “faz parte da nossa cultura” chamar o bolo assim; e sabe o que mais ela me disse? Que não adiantava eu querer impor uma forma de falar às pessoas, que essas, mesmo os professores, “só mudam quando elas querem”, “se tiverem vontade” etc.

E o que dizer, Professora, do silêncio dos outros colegas durante os episódios em que eu contestava o uso de expressões racistas na sala dos professores? Eu, na época, não entendia se aquilo era uma manifestação de apoio ao emissor das ofensas ou um constrangimento por não conseguirem tomar uma posição ativa. Só mais tarde, depois de ter lido autores que teorizam a respeito dessas questões, foi que alcancei o significado simbólico daquela mudez. Ao longo deste nosso diálogo, trarei o trabalho desses autores.

Obrigada por ter me feito refletir, a partir dos conflitos, sobre a possibilidade de haver respostas teóricas para tais demandas, pois foi durante o período em que convivemos que iniciei o curso de Pós Graduação em Linguagens Contemporâneas e Ensino, no Instituto Federal, Campus Canoas-RS. O curso é voltado para professores das áreas de Linguagens e se propõe a trazer à luz novas abordagens, não apenas tecnológicas, mas também teóricas e metodológicas, relativas às novas demandas discursivas que se impõem à sociedade como um todo e à comunidade escolar, em particular. Esta jornada me proporcionou ir ao encontro do meu processo particular de Letramento Racial, conceito que apresentarei mais adiante, acerca do qual te convido a refletir.

Na próxima carta que eu te escrever, que imagino seja em breve, vou te falar sobre a revolução que este curso provocou na minha compreensão a respeito dos assuntos que estamos discutindo aqui.

2 Segunda carta - 03 de abril de 2025, início do outono.

Quando se diz que um homem é um negro o que se quer dizer é que ele é mais negro do que propriamente homem. Mas posso, ainda assim, ser um negro para você. Ser como você imagina que os negros são.

Boa tarde, prezada colega, na verdade, “ex-colega”. Meu desejo, novamente, é para que estejas bem.

Conforme combinamos na primeira carta, hoje pretendo começar a te falar a respeito dos aprendizados teóricos adquiridos no curso, mais especificamente na disciplina de “Linguagem e Diferença”, na qual, ao estudar as questões relacionadas ao racismo, todo um universo de entendimento, deslocamento e questionamentos expandiu-se diante de mim. Todas as minhas convicções relativas ao racismo até então mostraram-se frágeis.

Atribuo essa fragilidade, ex-colega, ao fato de, durante a minha formação acadêmica, não ter sido apresentada aos teóricos negros, e, sim, apenas aos que “falavam sobre os negros”. Aliás, essa constatação não é minha, mas sim de muitos autores negros e negras que tenho lido: a afirmativa de que, ao longo de suas formações, dentro das Instituições de Ensino nas quais estudaram, não terem sido lhes apresentados, espontaneamente, teóricos negros (Bento, 2022).

Nessas alturas, G., quero crer que, se te dispões a leres esta segunda carta, é porque o assunto te gerou, ao menos, curiosidade. Imagino que talvez estejas a te perguntar: “mas existe gente negra teorizando sobre gente negra?” Sim, existe. Também existe muita gente negra problematizando a questão do branco na estrutura do racismo na sociedade brasileira (Bento, 2022; Carneiro, 2023), muitas delas vinculadas aos chamados Estudos Críticos da Branquitude. Esses estudos têm, entre seus objetivos, revisar a posição do branco na história da escravização da população não branca no Brasil ao longo de quase quatro séculos até os dias atuais pois, desde sempre, se falou sobre o “problema do negro” (Guerreiro Ramos, 1954) como oriundo de seu passado de escravizado, especialmente para explicar a situação de subalternidade a que essa população vem sendo submetida através da história, sem questionar o papel ocupado pelo branco. Maria Aparecida Bento (2022), que vem estudando temas relacionados à herança escravocrata, inclusive sob seus aspectos históricos e institucionais, afirma:

Não temos um problema do negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos. É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre o outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro (Bento, 2022, p. 14).

Vamos começar falando sobre os conceitos teóricos que embasam meus argumentos nesta nossa interação. Aqui, fiquei em dúvida se começaríamos pelo conceito de raça ou de racismo e, por fim, me pareceu mais adequado começar por racismo – mais tarde, vou explicar por que essa ordem faz sentido.

Para entender o racismo teoricamente, foi necessário ler vários autores. Trago aqui as premissas de alguns deles. Michel Foucault (2005) defende que o racismo, tal como o conhecemos, estrutura-se no século XIX. Já Grosfoguel (2016) entende suas primeiras manifestações entre o final do século XV e o início do século XVI, com o início do processo colonial, como vemos a seguir:

Ao contrário do que atesta o senso comum contemporâneo, o “racismo de cor” não foi o primeiro discurso racista. O “racismo religioso” (“povos com religião” *versus* “povos sem religião” ou “povos com alma” *versus* “povos sem alma”) foi o primeiro elemento racista do “sistema-mundo-patriarcal, eurocêntrico, cristão, moderno colonialista” (Grosfoguel, 2016, p. 36).

Para Kabengele Munanga (p. 8), o racismo consiste em “considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas” (2004, p. 8).

Naturalmente, G, aqui trazemos apenas uma ínfima parte, e de maneira muito sucinta, relativa ao conceito de racismo, e apenas com poucos autores pois, como tu deves saber, afinal também passaste por uma graduação, um TCC⁴ não comporta muita coisa e a minha

⁴ Trabalho de Conclusão de Curso.

intenção aqui é trazer elementos que, apesar da dureza teórica, sejam passíveis de compreensão. Por isso, vou tentar resumir, em palavras simples, o que foi escrito acima, a respeito de racismo.

Alguns estudiosos do assunto buscam entender, em suas pesquisas, quando foi que o racismo passou a operar nas relações sociais. Grosfoguel (2016) entende que o racismo é um constructo europeu. Em seus estudos, ele já identifica nos movimentos de expulsão dos muçulmanos e judeus da península ibérica algo que ele chama de proto racismo, uma vez que a muçulmanos e judeus não era negada a humanidade, isto é, não se cogitava que não tivessem alma e, se tinham alma, eram humanos. Já quando esses mesmos europeus chegaram à América, negaram aos povos originários a possibilidade de terem religião e, se não tinham religião, não tinham Deus e, sem Deus, não podiam ter almas – logo, eram animais e, como animais, poderiam ser escravizados e maltratados. Essa convicção, estendeu-se a outros povos originários e, de forma muito violenta, foi aplicada às populações africanas arrancadas à força de seus territórios.

Já para Foucault (2005), o racismo não é um conjunto de preconceitos individuais, isto é, algo cometido por indivíduos contra outros indivíduos, e sim um mecanismo de poder usado pelo Estado, que estabelece uma quebra, um racha no corpo social, que fica cindido entre os que “devem viver” e os que “podem morrer”. É esse mecanismo que o autor chama de “prática divisora”, porque divide a sociedade entre os superiores que, portanto, devem usufruir dos bens comuns, e os inferiores, os não aptos, que, por isso, podem ser eliminados do convívio social.

A partir de Foucault, Sueli Carneiro (2023) analisa a condição da população negra no Brasil na perspectiva que ela nomeia “dispositivo da racialidade”: um conjunto de práticas, discursos e mecanismos que produzem e reproduzem a hierarquia racial, destacando, dentre seus elementos constitutivos, o epistemicídio — “que é uma forma sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão – as pessoas negras são anuladas enquanto sujeitos do conhecimento e inferiorizadas intelectualmente” (Carneiro, 2023, p. 14).

A autora também discute as múltiplas interdições impostas à população negra, que, além de sofrer aniquilação intelectual, tem negados seus direitos como seres humanos e como sujeitos morais, políticos e de cidadania. Tais práticas, ao visarem a exclusão, relegam indivíduos e grupos ao campo da marginalidade jogando-os “na esfera do não ser, da natureza e da desrazão, contribuindo para a formação de um imaginário social que naturaliza a subalternização dos negros e a superioridade dos brancos” (Carneiro, 2023, p. 14).

3 Terceira carta - 26 de abril de 2025.

Posso despejar sobre a sua brancura a negrura que define um negro aos olhos de quem não é negro. O negro é uma invenção do branco. Supondo-se que aos brancos coube o papel de inventar tudo o que existe de bom no mundo, e que sou bom, eu fui inventado pelos brancos.

Prezada, desculpe a demora em te escrever. A bem da verdade, pensei em te dar uma folga. Acho que a última carta foi um pouco densa e talvez um pouco confusa, fiquei com dúvidas quanto a minha forma de escrita. Te peço desculpas se o texto estava truncado, dificultando o entendimento. Vamos ver se este flui um pouco mais.

Bem, a ideia agora é falar sobre o conceito de raça, e já acho bom deixar explícito aqui que este conceito surgiu muito depois do racismo, isto é, racismo antecede raça. Muitos autores teorizam a esse respeito, mas vamos nos ater aos escritos de Kabengele Munanga. Em seu artigo intitulado “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia” (2004), ele faz uma linha do tempo a respeito do uso do termo “raça”, desde o Latim *ratio*, com sentido de sorte, categoria, espécie, passando pelo uso nas ciências naturais, na Zoologia e na Botânica, com o intuito de classificar as espécies animais e vegetais.

Kabengele nos lembra que a maioria dos conceitos, incluindo o de raça, tem uma dimensão têmporo-espacial e, dessa forma, no latim medieval, passou a designar descendência, linhagem, ou seja, um grupo de pessoas que descendem de um mesmo ancestral e, por conseguinte, compartilham características físicas.

Ainda conforme Kabengele, no sentido moderno, a palavra foi usada em 1684, pelo Francês François Bernier, com o propósito de sistematizar a diversidade humana em categorias de diferenças físicas, chamadas “raças”. Nessa mesma época (séculos XVI-XVII), o conceito passa a ser usado nas relações entre as classes sociais da França, com os Francos, de origem germânica, pertencentes à nobreza em relação aos gauleses, pertencentes à plebe. Os francos consideravam-se de “sangue puro” e, portanto, poderiam dominar e escravizar os gauleses.

Nesse ponto o estudioso nos mostra que:

[...] o conceito de raças “puras” foi transportado da Botânica e da Zoologia para legitimar as relações de dominação e sujeição entre classes sociais (Nobreza e Plebe), sem que houvesse diferenças morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes (Munanga, 2003, p. 1).

Já da perspectiva de Grosfoguel, com o avanço do imperialismo europeu e a descoberta de novos povos, abrem-se debates, mediados pela igreja, a respeito da humanidade de tais povos, baseados no fato de terem ou não alma pois, segundo os critérios religiosos da época, se não tivessem alma, poderiam ser escravizados sem que os europeus brancos estivessem pecando contra Deus.

Durante o chamado Iluminismo, no século XVIII, quando a autoridade da igreja é contestada e posta em xeque, a razão passa a ser a norteadora como forma de entender os fenômenos naturais e sociais, trazendo novamente à tona o debate relativo aos povos descobertos (Grosfoguel, 2016).

Dessa forma, valem-se do conceito de raça, herdado das ciências naturais, para nomear esses grupos que se incorporam à antiga humanidade como raças distintas. Assim foi possível classificar a diversidade humana, com critérios objetivos ancorados na diferença e na semelhança, sendo que a cor da pele foi considerada critério fundamental e, como sabemos, a cor da pele é definida em função de maior ou menor produção de melanina, o que também define a cor dos olhos e do cabelo.

Ao longo dos séculos XIX e XX, muitos estudos foram realizados, houve avanços significativos das Ciências Biológicas (Genética humana, Biologia molecular, Bioquímica), tendo sido possível realizar inúmeros testes, cruzamentos, comparações, ensaios com o material genético dos seres humanos, para tentar entender a diversidade. Todos esses estudos levaram os estudiosos desse campo do conhecimento a afirmarem que:

[...] raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem (Munanga, 2003, p. 3).

Portanto, o conceito de raça tal qual o usamos hoje, ele é um constructo social, formado a partir de bases político-ideológicas. Kabengele nos diz que alguns biólogos antirracistas, apesar de concordarem com as conclusões da atual Biologia Humana, “justificam o uso do conceito como realidade social e política, considerando ‘a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão’” (Munanga, 2003, p. 6).

4 Quarta carta - 27 de abril de 2025.

Que me temem mais do que aos outros brancos. Que temem e ao mesmo tempo desejam o meu corpo proibido. Que escalpelariam pelo amor sem futuro que nutrem à minha negrura. Eu não nasci negro. Não sou negro todos os momentos do dia.

Boa tarde, colega.

Estou eu a te escrever em pleno domingo.

Hoje o dia está um tanto acinzentado, anunciando aquele friozinho de outono. Bom para escrever e tomar chá. Estou fazendo as duas coisas e me sinto bem.

Nas duas cartas anteriores, falamos sobre os dois conceitos estruturantes para as próximas abordagens que faremos aqui. Vamos falar, doravante, sobre os fatos que me levaram a desenvolver este projeto e destrinchá-los à luz dos conceitos desenvolvidos a partir de raça e racismo, na perspectiva sob a qual vimos falando até aqui.

Gostaria, agora, que nos encaminhássemos para um aprofundamento desses conceitos, olhando com mais atenção para as formas como o racismo se manifesta e se organiza em nossa sociedade. Falo aqui de estruturas, de sistemas, de engrenagens que operam com precisão mesmo na ausência de intenção consciente. É Silvio Almeida (2019) quem nos ajuda a nomear e compreender esse fenômeno como racismo estrutural.

Segundo ele, o racismo no Brasil não é apenas um conjunto de atitudes isoladas, mas um elemento constitutivo das instituições e das relações sociais. O racismo está entranhado nas práticas jurídicas, econômicas, educacionais — em todo o tecido social. É como uma força que, mesmo sem ser vista, determina o funcionamento de todo o sistema.

O autor nos leva a compreender que o racismo não é um erro do sistema — ele é o próprio sistema. Isso muda drasticamente a maneira como nos posicionamos diante do problema. Já não basta apontar indivíduos preconceituosos ou atos discriminatórios isolados,

embora isso não deva deixar de ser penalizado; é preciso enxergar como as desigualdades raciais são sustentadas por políticas, normas e práticas cotidianas.

Falando em cotidiano, vamos trazer a pesquisadora Grada Kilomba para nos ajudar nesta conversa. Em *Memórias da Plantação* (2019), a autora fala das micro agressões, essas violências sutis, disfarçadas, repetidas, que se infiltram nos gestos, nas palavras, nos silêncios. Evidentemente, não há nada de “micro” no impacto causado às pessoas em decorrência de tais agressões, pelo contrário: são essas vivências que moldam, a cada dia, a experiência de ser uma pessoa negra em uma sociedade que naturaliza a exclusão.

Kilomba também revela como o cotidiano é um palco onde o racismo encena sua normalidade. Uma normalidade que sufoca, silencia, constrange e que se perpetua, justamente, por não ser percebida como violência. Ao narrar suas experiências, ela descoloniza não apenas a linguagem, mas também os espaços do saber, exigindo uma escuta que vá além da curiosidade acadêmica — uma escuta ética, comprometida.

No entanto, essa escuta, esse ouvir, não é um processo simples, ele acarreta elementos bastante complexos, relacionados ao ego do sujeito branco. A autora, citando Paul Gilroy, descreve cinco etapas pelas quais esse ego do sujeito branco passa até ser capaz de efetivar esse ouvir, “isto é, para que possa se tornar consciente de sua própria branquitude e de si própria/o como perpetradora/perpetrador do racismo: negação; culpa; vergonha; reconhecimento; reparação” (Gilroy apud Kilomba, p. 43, 2019). A reparação pode ser efetivada de muitas formas, mas todas passam pelo processo de Letramento Racial.

Como já apontado anteriormente, a branquitude constitui um lugar de poder historicamente produzido que garante vantagens a um determinado grupo de pessoas — hegemonicamente, indivíduos brancos. É importante ressaltar, contudo, que a brancura não é sinônimo de branquitude. Enquanto a primeira refere-se às características físicas do sujeito, isto é, ao fenótipo — pele clara, olhos e cabelos claros, nariz afilado — associadas a europeus ou a seus descendentes, a branquitude diz respeito a uma posição social e política (Schucman, 2012).

Na abertura do capítulo VII de sua tese, Schucman apresenta uma epígrafe significativa sobre o racismo e suas possibilidades de transformação, atribuída à professora de relações étnico-raciais estadunidense Jane Elliot: “Aprendemos a ser racistas, logo podemos também aprender a não ser. Racismo não é genético. Tem tudo a ver com poder” (Elliot apud Schucman, 2012, p. 102).

Uma vez compreendido que brancura e branquitude não são sinônimos, a autora aponta que sujeitos brancos podem construir possibilidades de ruptura dessas relações de poder, a partir de vivências e afetos capazes de gerar significados que não se sustentem na dominação. A esse processo, no qual o sujeito branco passa a questionar os privilégios que lhe são conferidos pela branquitude e busca romper com eles, estabelecendo relações mais igualitárias com sujeitos não brancos, a autora atribui o nome de Letramento Racial. Seus estudos se fundamentam na teoria da antropóloga afro-americana France Winddance Twine, responsável por cunhar o termo *Racial Literacy*, que se refere a

(. . .) um conjunto de práticas que pode ser melhor caracterizado como uma “prática de leitura” - uma forma de perceber e responder individualmente às tensões das hierarquias raciais da estrutura social - que inclui o seguinte: (1) um reconhecimento do valor simbólico e material da branquitude; (2) a definição do racismo como um

problema social atual, em vez de um legado histórico; (3) um entendimento de que as identidades raciais são apreendidas e um resultado de práticas sociais; (4) a posse de gramática e de um vocabulário racial que facilita a discussão de raça, racismo e anti-racismo; (5) a capacidade de traduzir e interpretar os códigos e práticas racializadas de nossa sociedade; (6) uma análise das formas em que o racismo é mediado por desigualdades de classe, hierarquia de gênero e heteronormatividade. (Twine, 2006, p. 344 apud Schucman, 2012, p. 103

, tradução da autora).

Creio que hoje avançamos bastante. Este tema, letramento racial, é bastante complexo, e de fundamental importância nesta nossa interlocução.

5 Quinta carta - Sábado à noite, 10 de maio de 2025.

Que me escapelariam pelo amor sem futuro que nutrem à minha negrura. Eu não nasci negro. Não sou negro todos os momentos do dia. Sou negro apenas quando querem que eu seja negro.

Hoje estamos na quinta carta. Eu não pensei que chegaríamos a tanto, achei que tudo já teria sido dito no máximo até a quarta. Agora, iniciando a quinta, me dou conta de que talvez esteja me enrolando muito, adiando a entrada efetiva na análise dos nossos eventos.

Até aqui, já falamos a respeito de raça, racismo, racismo estrutural, racismo cotidiano e também falamos sobre o conceito de branquitude. A intenção agora é fazer um cruzamento entre os eventos que nos trouxeram até aqui e os conceitos teóricos que discutimos até o momento. Ao longo desse percurso, novos conceitos também poderão ser incorporados, sempre que contribuírem para ampliar ou aprofundar a análise.

Começemos pelo começo, prezada G. Vamos tentar analisar a primeira fala tua, desencadeadora de tudo o que veio a seguir: “nega maluca”. A expressão “nega maluca” é um exemplo óbvio de racismo cotidiano, como conceituado por Grada Kilomba (2019). Ela revela como práticas racistas se manifestam de forma aparentemente “inofensiva” ou “brincalhona”, quando, na verdade, reforçam estereótipos e estruturas de exclusão profundamente arraigadas.

“Nega” é uma forma reduzida da palavra “negra”⁵, historicamente usada de forma pejorativa, com conotação de subalternidade e exotização – como até hoje ilustra o verbete em dicionários. Já a palavra “maluca” associa a figura feminina negra a uma ideia de descontrole, irracionalidade, histeria ou instabilidade mental.

Essa expressão, evidentemente, minha cara, não pode ser considerada neutra, isto é, sem potencial ofensivo, já que retoma estereótipos racistas e sexistas, construídos desde a

⁵ Dicionário Houaiss: mulher negróide, africana ou afro descendente; mulher em cativeiro, escrava; mulher muito trabalhadora (é uma negra no tanque).

escravidão, que colocam mulheres negras como objetos de escárnio, desumanização e hipersexualização.

Em seus estudos, Lélia Gonzalez aborda, de forma muito incisiva, esses conceitos relativos à trajetória da mulher negra na história da sociedade brasileira. Em *A Nêga Ativa* (2020, p. 79), nos oferece ferramentas fundamentais para entender esse processo, através do que poderia ser chamado de “uso festivo” tanto da mulher negra quanto do nome com o qual foi designada - no caso do carnaval - “mulata”.

As escolas vão desfilar suas cores duplas ou triplas. Predominam as duplas: azul e branco, verde e rosa, vermelho e branco, amarelo e preto, verde e branco e por aí afora.

Espectáculo feérico, dizem os locutores: plumas, paetês, muito luxo e riqueza.

Imperadores, uiaras, bandeirantes e pioneiros, princesas, orixás, bichos, bichas, machos, fêmeas, salomões e rainhas de sabá, marajás, escravos, soldados, sóls e luns, baianas, ciganas, havaianas. Todos sob o comando do ritmo das baterias e do rebolado das mulatas que, dizem alguns, não estão no mapa. “Olha aquele grupo do carro alegórico, ali. Que coxas, rapaz.” “Veja aquela passista que vem vindo; que bunda, meu Deus! Olha como ela mexe a barriguinha. Vai ser gostosa assim lá em casa, tesão”.

“Elas me deixam louco, bicho” (Gonzalez, 2020, p. 79).

Eu tendo a colocar, seguindo o caminho de Gonzalez (2020), tanto a expressão “nega maluca”, como o bolo e o ato de devorá-lo, nessa mesma linha carnavalesca de gula, voracidade, desejo de comer a carne negra, de comer a mulher negra, se lambuzar, como se, ao comer a “nega maluca” — quente, úmida, macia, coberta de chocolate —, a branquitude pudesse experimentar o corpo negro sem culpa. Como se o prazer apagasse o preconceito. Como se bastasse saborear esse bolo para que a mulher negra se tornasse “aceitável”, “digna” do prazer branco.

No fundo, o que se devora ali não é apenas um doce: é a fantasia da dominação disfarçada. É o desejo por um corpo que não responde, que não fala, que está ali apenas para satisfazer. E é nesse gesto tão comum — o de simplesmente levar um pedaço de bolo à boca e mastigar, desfrutando do prazer do seu sabor — que se encena um racismo profundo: aquele que transforma a mulher/carne negra em iguaria, de cama e de mesa.

Não foi fácil, minha prezada ex-colega, chegar até aqui. Escrever estes dois últimos trechos foi muito cansativo; aliás, devo te dizer que já estou bem cansada. Sigo porque me comprometi contigo a fazer esta revisão. Hoje estou especialmente chateada, fiquei lembrando de quando a diretora me chamou e me enquadrou, afirmando que isso era uma questão cultural, que todo mundo chama o bolo de “nega maluca”. Como assim, questão cultural? Depois de tudo o que li até aqui e que tenho tentado compartilhar contigo, não dá para simplesmente jogar para a cultura isso, sem uma revisão minimamente crítica, não é?

Retomo hoje, dia três de junho, esta escrita, depois de algumas dúvidas e releituras de parte do meu material de pesquisa. Por fim, entendi que já era hora de falarmos sobre privilégio branco e, para isso, precisamos trazer aqui alguns conceitos de que, eu imagino, talvez tu nunca tenhas tido nenhuma referência.

Já falamos um pouco sobre branquitude, passemos aos Estudos Críticos da Branquitude. Os estudos sobre branquitude se consolidaram como um campo de pesquisa com alcance transnacional, promovendo diálogos entre ex-colônias e países colonizadores (Schucman, 2012). Essa dinâmica reflete uma cadeia de acontecimentos históricos iniciada com o projeto moderno de colonização, que envolveu a escravidão, o tráfico de africanos para as Américas, a construção de novas nações e a posterior colonização do continente africano. Nesse contexto, a branquitude foi sendo construída como uma ideologia de poder, na qual pessoas brancas passaram a ser consideradas o padrão de referência. Com isso, os demais grupos raciais aparecem “como margem, ora como desviantes, ora como inferiores” frente a essa norma imposta. Em vez de focar apenas nas populações não brancas racializadas, esse campo volta o olhar para os privilégios, normas e estruturas que sustentam a branquitude como centro e padrão universal, e mostrar que branco também é uma categoria racial, e carregada de privilégios.

Nesse sentido, em vez de analisar apenas as populações não brancas racializadas, os estudos críticos da branquitude buscam evidenciar os privilégios, normas e estruturas quemantêm a branquitude como centro e padrão universal, revelando que se trata igualmente de uma categoria racial, atravessada por privilégios, e não uma condição neutra; em outras palavras, esses estudos buscam desnaturalizar a branquitude, mostrando que ela não é neutra ou invisível, mas uma construção histórica que opera como referência normativa, frequentemente não questionada (Schucman, 2012).

Cida Bento (2024), em seus estudos, examina profundamente essa questão e nos traz conceitos como branqueamento e pactos narcísicos da branquitude. O conceito de branqueamento em Maria Aparecida Bento está diretamente relacionado aos mecanismos históricos e sociais que operam para manter a supremacia branca e a marginalização da população negra no Brasil. Em sua análise, o branqueamento não é apenas um processo biológico – como foi defendido por políticas eugenistas no século XIX e XX (*Podcast Pelo Averso*; Eugenia, 2021) –, mas sobretudo um projeto simbólico e estrutural de poder, que busca apagar referências negras e valorizar padrões eurocêtricos como norma desejável. Vejamos o que nos diz Bento:

[...] quando se estuda o branqueamento constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite branca como um problema do negro brasileiro. Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite faz uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a auto-estima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social (Bento, 2024, p. 25).

Já o pacto narcísico da branquitude, na perspectiva da estudiosa, é um acordo implícito e silencioso entre pessoas brancas para manter seus privilégios raciais e preservar uma imagem positiva de si mesmas, mesmo diante da existência do racismo estrutural. Esse pacto é chamado de narcísico porque envolve a recusa em reconhecer a própria posição de privilégio e a participação, ainda que passiva ou inconsciente, na manutenção do sistema racista. Pessoas brancas, ao aderirem a esse pacto, evitam confrontar o racismo de forma profunda para não abalar sua autoimagem moral – ou seja, continuam se vendo como “boas pessoas”, mesmo se beneficiando de um sistema desigual. Ainda nos valendo de Cida Bento,

É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. Esse pacote da branquitude possui um componente narcísico de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele. (Bento, 2022, p. 18).

A partir desses conceitos, não fica difícil entender a fala da diretora, pois se, segundo Cida Bento, o pacto narcísico da branquitude é um acordo implícito entre pessoas brancas para preservar seus privilégios, as palavras da diretora podem ser entendidas como uma forma de manter essa ordem, deslegitimando o meu incômodo e reforçando que o uso do termo “nega maluca” deve ser aceito como algo adequado, sem espaço para crítica.

Trata-se de um mecanismo de defesa que visa proteger a identidade branca de qualquer confronto com seu papel na perpetuação do racismo. Ao não reconhecer o impacto do termo e ainda invalidar a crítica, a diretora mostra-se mais preocupada em manter o seu “conforto racial” (DiAngelo, 2018) do que se abrir para uma perspectiva que desafia essa normatividade.

Esse comportamento da diretora também pode ser entendido pelo que DiAngelo (2018) classifica como fragilidade branca, isto é, a não exposição ao que ela chama de “estresse racial”, caracterizado pela “interrupção do que é racialmente familiar” (DiAngelo, 2018, p. 4). A autora classifica essas atitudes de negação como uma espécie de resistência, mas ressalta que “pode ser útil também conceituá-la como resultado de uma reduzida resistência psicossocial que o isolamento psicossocial inculca. Chamo essa falta de resistência racial de ‘Fragilidade Branca’.” (DiAngelo, 2018, p. 4).

A outra questão que me moveu até aqui foi o silêncio dos outros colegas durante as discussões referentes a expressões racistas, incluindo “nega maluca”. Esse comportamento me intrigou profundamente à época. Hoje, à luz do que tenho lido e pensado, entendo que esse comportamento é parte constitutiva de todo o processo que envolve o racismo e, mais do que isso, ele é uma arma poderosa usada pela branquitude no sentido de se autopreservar, se autoprotger.

Grada Kilomba (2019) nos lembra disso, ao descrever um episódio de racismo cotidiano vivenciado por uma de suas entrevistadas, Kathleen:

[...] Mas eu lembro que meu namorado tinha uma professora de piano e, um dia, eu fui buscá-lo em uma dessas aulas. A professora tinha uma filha pequena, que, ao me ver, começou a falar: “Que Negerin linda! A Negerin parece tão legal! E os olhos lindos que a Negerin tem! E a pele linda que a Negerin tem! Eu também quero ser uma Negerin!” E eu ouvi esta palavra: N. , N. , N. , N. , repetidamente. (Kilomba, 2019, p. 155).

À dinâmica do racismo vivenciada e narrada pela sua entrevistada Kathleen, a autora dá o nome de “constelação triangular do racismo” e justifica a expressão triangular pelo fato de existirem três personagens e três funções que possibilitam o racismo: “primeiro, a atriz que performa o racismo; segundo, o sujeito negro que se torna objeto da agressão racista; e,

finalmente o consenso da plateia branca, que observa a performance” (Kilomba, 2019, p. 163).

Com base nessa perspectiva, é possível também examinar o nosso palco — ou cenário, como prefere chamar Kilomba — onde o ato racista se encena, cujos integrantes são: a professora, mulheres negras, colegas silenciosos, sendo que: as mulheres negras ocupam a posição das ofendidas, diretamente atingidas pelo insulto embutido na expressão “nega maluca”. A professora branca assume o papel de agente emissor do discurso racista, ao insistir em utilizar essa nomenclatura para se referir ao bolo. Já os colegas que permanecem em silêncio configuram a plateia branca, cuja omissão acaba por validar e sustentar a violência simbólica praticada.

Entendo que, neste episódio, estabelece-se um cenário no qual o racismo se manifesta de maneira performática, com personagens e papéis sociais bem definidos, conforme analisa Grada Kilomba: há quem insulte, quem seja alvo do insulto e quem, por meio do silêncio, assegure a continuidade da estrutura racista.

A partir dessa análise da Grada Kilomba (2019), não te parece, prezada G. , perfeitamente visível a posição dos colegas silenciosos? Nesse contexto, o silêncio funciona como um ato de validação da violência dirigida às pessoas negras. Ele confirma e sustenta a agressão, pois a ausência de contestação não é apenas performada, mas é também interpretada como ato de aprovação.

Assim sendo, creio que podemos interpretar o silêncio não como ausência de ação, mas como uma forma de ação política que reafirma o lugar de subalternidade do sujeito negro e, ao mesmo tempo, tenta assegurar o lugar de neutralidade da branquitude.

Esse silêncio também pode ser analisado sob a ótica de DiAngelo, quando ela, ao descrever fragilidade branca, a coloca como “um estado em que mesmo uma quantidade mínima de estresse racial se torna intolerável, desencadeando uma série de movimentos defensivos” (DiAngelo, 2018, p. 35). Dentre os movimentos defensivos descritos pela estudiosa, além de raiva, culpa e discussões, ela também inclui o silêncio, cujo objetivo é o restabelecimento do equilíbrio racial branco – exatamente o que podemos observar nos comportamentos dos colegas e da diretora.

6 Sexta e última carta - 6 de junho de 2025, uma tarde fria de outono.

Sou negro apenas quando querem que eu seja negro. Nos momentos em que não sou só negro sou alguém tão sem rumo quanto o mais sem rumos dos brancos. Eu não sou apenas o que você pensa que eu sou.

Após meses de percurso, aproximamo-nos do encerramento deste diálogo. Admito que não chego a este ponto com plena sensação de conforto. Neste momento, ao olhar para as páginas anteriores, percebo a presença de lacunas, brechas, silêncios e possíveis inconsistências. Propus-me a muito, mas carrego a impressão de ter realizado menos do que gostaria. Ainda assim, minha intenção primordial sempre foi estabelecer um diálogo contigo — e, por meio dessa troca, elaborar criticamente certos sentimentos em relação a ti e às tuas atitudes, além de construir um distanciamento analítico diante dos fatos discutidos e do papel que eu mesma desempenhei. Através do processo de leitura e análise, acredito ter conseguido

desvelar, ao menos em parte, quem somos — ou o que representamos — nesse espaço social atravessado pelas questões raciais.

Como talvez recordes, meus primeiros questionamentos em relação a ti foram: quem é essa Professora? Qual é sua formação? De qual instituição acadêmica ela provém? Em um primeiro momento, alimentei a ilusão de que os conflitos que nos atravessavam poderiam encontrar resoluções mais simples, baseadas, por exemplo, em uma sólida formação teórica e humanística adquirida na universidade, em uma consciência de classe, em um conhecimento mínimo da história do país e na atenção às demandas sociais, incluindo as discussões e políticas afirmativas voltadas às populações não brancas.

Partindo da premissa de que és professora — portanto, passou pela academia —, e também do fato de que, em geral, docentes da rede pública não pertencem às classes dominantes, o que poderia indicar certa consciência de classe, e, além disso, por atuares como educadora em uma escola pública localizada em um dos bairros mais pobres de uma cidade da Região Metropolitana — ou seja, inserida em um território marcado por múltiplas formas de periferização —, a meu ver, tudo isso exigiria um posicionamento consciente sobre quem se é, de onde se fala e a quem se dirige. Consequentemente, não esperava que práticas racistas fossem reproduzidas nesse contexto. No entanto, a história seguiu por outros caminhos — como já está registrado nas páginas anteriores.

Todo o ocorrido levou-me não apenas a compreender quem eras tu, mas também a reconhecer quem sou. Somos sujeitos imersos em uma sociedade estruturada pelo racismo, herança direta e persistente do colonialismo. Vivemos em um país onde se sustenta o mito da chamada democracia racial, (Lélia Gonzalez, 2020) uma narrativa cuidadosamente construída pelas elites dominantes (brancas) para mascarar as desigualdades históricas. Acreditava-se, ou fazia-se acreditar, que o racismo não existia por sermos um povo miscigenado — ou, talvez, embranquecido? Estamos todos mergulhados nesse caldo cultural excludente, marcado pela lógica do “nós” e “eles” – sendo que “nós” são os brancos, a norma, e “eles” são os outros, os não brancos, não-normais –, que reforça fronteiras simbólicas e materiais de pertencimento e exclusão, de centralidade e margem, de bom e ruim, de intelectual e biológico, de humano e não humano (Fanon, 2020).

Neste cenário, este trabalho representou, para mim, um esforço consciente de desvelar tais estruturas. Ao longo da escrita, procurei articular vivência e teoria, subjetividade e análise crítica, tentando compreender não apenas o que aconteceu, mas também o que o ocorrido revela sobre o lugar que ocupamos nesta sociedade. A escrita tornou-se, assim, um meio de resistência, um exercício de lucidez e de enfrentamento. Foi pela palavra, pela escuta e pela reflexão que busquei uma forma de transformar a crítica em elaboração e a indignação em posicionamento ético e político.

O meu entendimento a respeito do quanto este trabalho representou para mim foi se dando ao longo do percurso de pesquisa e elaboração e espero que também possa representar para ti o início de um processo de letramento racial. Digo início porque, como nos ensinam teóricas e teóricos do tema, entre eles Lia Vainer Schucman (2012) e Grada Kilomba (2019), trata-se de um aprendizado contínuo, um movimento permanente de questionamentos, escuta e desconstrução, que não se esgota em um único gesto ou experiência. Talvez eu possa também reivindicar o direito de situá-lo, ainda que não esteja produzindo teoria, no campo dos Estudos Críticos da Branquitude, uma vez que a perspectiva adotada focalizou desvelar como a branquitude opera para inibir uma educação pública antirracista.

Se algo ficou incompleto, que sirva de convite à continuidade: à continuidade do debate, da escuta crítica, da responsabilidade coletiva. A minha escrita não encerra o assunto — apenas marca um ponto de pausa, uma respiração, antes de seguir adiante.

Com tudo o que essa travessia exigiu de mim, despeço-me momentaneamente deste diálogo com a expectativa de que ele siga reverberando — dentro e fora destas páginas.

PS: Para te explicar o uso, em epígrafe, do poema do Ricardo Aleixo: neste poema, pulsa toda a teoria que percorri — e não foi pouca — sobre o racismo. A cada teórica/teórico que se desvelava, ele surgia, silencioso e urgente, saltando entre as linhas, impondo-se com sua força, sua verdade, sua poesia. Ao fim das nossas cartas, compreendi: tudo o que li, de certo modo, eu já sabia.

Porque esse poema, em sua profunda negrura, há muito já havia invadido minhas vísceras.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, Ricardo. *Pesado demais para a ventania*. São Paulo: Todavia, 2018.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARONE, Iray; BENTO, Cida (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2024.

DIANGELO, Robin. *Fragilidade branca*. *Ecopós*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, 2018. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/22528/12626. Acesso em: 18 jan. 2025.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*, aula de 17 de março de 1976. Disponível em <https://csociais.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/03/foucault-michel-em-defesa-da-sociedade-pp-285-3151.pdf>. Acesso em 02 de maio de 2025.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, [S. l.], abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt>. Acesso em 23 fev 2025.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB-RJ, 05 nov. 2003.

PELO AVESSO, *Eugenia*: 1. Casos de Família. Jéssica Almeida e Vinícius Luiz. São Paulo. Jéssica Almeida. 11 ago 2021. *Podcast* disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0xWNHsMFNKH4gB8RHiWJbZ?si=hsUZASkRR4GUKk0l-zBzog>. Acesso em mar 2025.

RAMOS, Guerreiro. *O problema do negro na sociologia brasileira*. Cadernos do Nosso Tempo, IBESP, Brasília, 1954. Disponível em: <https://archive.org/details/OProblemaDoNegroNaSociologiaBrasileira>. Acesso em: 02 de jun de 2025.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.